

# NOTÍCIAS CNTV



## Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 12/05/2015 - Edição 1269

# Câmara vota nesta semana MP 664 que altera regras do auxílio-doença

**Previsão é de ser priorizada votação da MP 664, que apesar de mudanças feitas pelo relator, altera diversos benefícios da previdência e do RGPS**



Deputados federais aprovaram na semana passada o texto-base da MP 665

Crédito: Gustavo Lima / Câmara

Com mais duas MPs do ajuste fiscal, Câmara tem pauta cheia pela frente

Nem bem foi concluída a votação da Medida Provisória (MP) 665, os deputados se preparam para a apreciação, nesta semana, das MPs 664 e 668, as outras duas que

também fazem parte do pacote de ajuste fiscal do governo. Ambas estão programadas para entrar como prioridade, sendo que a 664 já está na pauta da sessão desta terça-feira (12). O texto da MP 664 altera as regras para concessão de pensão por morte e auxílio doença,

e o da MP 668 eleva as alíquotas da contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação.

Diante dos dois temas e da demora dos parlamentares em deliberar os votos, além do clima acirrado de discussões observado no plenário nos últimos dias, tudo leva a crer que o trabalho de articulações, tanto por parte do Executivo como também dos que se opõem às medidas, terá continuidade até lá.

O primeiro texto que está previsto para ser apreciado, da MP 664, apresenta várias mudanças feitas pelo relator, deputado Carlos Zarattini (PT-SP).

O texto da medida encaminhado pelo Executivo inclui carência para concessão da pensão e estabelece tabela de duração em função da idade do beneficiário. Além disso, estabelece teto para o valor do auxílio-doença e aumenta o intervalo de tempo a ser suportado pela empresa empregadora. A medida também altera o rol de beneficiários e estende prazo para requerimento

de compensação financeira entre os regimes previdenciários.

### **Prazo mínimo**

No caso da pensão por morte, o deputado reduziu, no seu relatório, o prazo mínimo para que o cônjuge ou companheiro tenha direito ao benefício. A atual Lei de Benefícios da Previdência Social (8.213/91), que está sendo alterada pela MP, não estabelecia tempo de carência. O texto encaminhado pelo Executivo ao Congresso, no entanto, estabelece prazo de 24 meses, mas Zarattini baixou esse período para 18 meses.

A MP, em seu formato original, também exige um tempo mínimo de dois anos de casamento ou união estável para o recebimento da pensão por morte. Esta exigência não existe na atual legislação e foi mantida pelo relator, mas o relatório de Zarattini prevê que, no caso de o segurado morrer antes de completar 18 meses de contribuição, ou se a união tiver menos de dois anos, o parceiro terá direito a quatro meses de pensão (item que também não consta do texto original da MP).

Outro ponto importante do relatório foi a exclusão das regras que previam uma cota familiar para o valor da pensão. Conforme o texto da MP, esta cota deixa de existir e a pensão passa a equivaler, sempre, a 50% do benefício do segurado que morreu, mais 10% por dependente até o máximo de 100%. Estas regras não serão mais apreciadas pelo plenário.

### **Auxílio-doença**

Em relação ao auxílio-doença, o relator manteve a obrigação de a empresa pagar ao seu empregado o salário durante os 30 primeiros dias de afastamento, o dobro do que previa a legislação anterior à MP 664. O deputado incluiu, ainda, um dispositivo sobre seguro-desemprego, que originalmente não é tratado no texto da MP 664, e sim na MP 665 aprovada na quinta-feira (7).

De acordo com este dispositivo, o benefício recebido pelo trabalhador será descontado em 8% a título de contribuição previdenciária. Assim, o tempo que o trabalhador tiver de seguro-desemprego poderá ser

contado como tempo de serviço e incluído no cálculo da aposentadoria. A inclusão deste item foi, segundo Zarattini, um atendimento a reivindicação feita pelas centrais sindicais.

Carlos Zarattini disse que as alterações feitas ao projeto original protegem os trabalhadores, ao mesmo tempo em que corrigem distorções e pagamentos excessivos por parte da Previdência. Pelas contas do deputado, somente as mudanças referentes ao tempo de contribuição devem resultar numa redução de R\$ 755 milhões da economia que o governo planeja ter com a MP. Mas são fundamentais para evitar perdas para os trabalhadores.

Já o relatório aprovado na comissão mista da MP 668/15 eleva a alíquota do PIS/Pasep-Importação de 1,65% para 2,1% e a da Cofins-Importação de 7,6% para 9,65%. Assim, a maioria dos importados passa a pagar 11,75% nesses dois tributos, na soma das alíquotas. O texto define percentuais específicos para diversas categorias de bens, como produtos de perfumaria, higiene pessoal, veículos e máquinas importadas.

### **Pauta cheia**

A semana promete ser de votações polêmicas na Câmara dos Deputados porque, além destas duas MPs, o plenário se prepara para apreciar a MP 663, que aumenta em R\$ 50 bilhões o limite de recursos relativo à subvenção econômica repassada pela União ao Banco Nacional de

Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e o Projeto de Lei (PL) 863, do Executivo. Este último também faz parte das matérias referentes ao ajuste fiscal.

O PL 863 substitui a MP 669, que foi devolvida pelo presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL) ao governo, em março passado. Na prática, reduz o benefício fiscal de desoneração da folha de pagamentos concedido a 56 setores da economia.

Ao ser questionado na sexta-feira (8) sobre a pauta pesada que vem pela frente, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), disse que considera “um verdadeiro milagre” a casa conseguir aprovar todas as MPs numa única semana. Isso porque, como se não bastassem todas estas matérias e as propostas referentes ao chamado pacote anticorrupção - que tramitam em rito de urgência constitucional - existem seis propostas de emenda à Constituição (PECs) que podem ser votadas em sessão extraordinária, mesmo com as medidas provisórias e projetos trancando a pauta do plenário.

O que mostra que os deputados podem até se queixar de ânimos acirrados, troca de agressões, traições de bancadas e insultos por parte de manifestantes durante a apreciação de tais matérias. Mas jamais poderão reclamar da falta de trabalho nos próximos dias - e, muito provavelmente, até o final do mês.

Fonte: Rede Brasil Atual / Agência Brasil

**VIGILANTE  
PISO NACIONAL  
3 MIL REAIS**

CONFEDERAÇÃO, FEDERAÇÕES E SINDICATOS DE VIGILANTES

UNI global union CUT BRASIL

# Vigilante é assassinado e tem arma roubada em Fortaleza



Tiros assustaram moradores do entorno (Foto: PC Norões/TV Verdes Mares)

Um vigilante foi assassinado em serviço na noite da última terça-feira (11). O crime aconteceu na avenida Virgílio Távora, próximo à rua Pereira Valente, no bairro Meireles, localizado na cidade de Fortaleza (CE).

Conforme o comandante do Comando de Policiamento da Capital (CPC), coronel Francisco Souto, os suspeitos mataram o vigilante Geraldo Luiz Silveira Filho e levaram o revólver calibre 38 utilizado em serviço.

Segundo o militar, a dupla teria fugido após o crime em um carro modelo Celta de cor Prata. De acordo com a polícia, os suspeitos teriam chegado ao local do crime e descido do carro em um local distante de onde estava o vigilante. Em seguida, caminharam até ele e o assassinaram. Câmeras de segurança flagraram os assassinos caminhando em direção à vítima.

A dupla efetuou 'vários' disparos e um deles atingiu a cabeça do segurança. No momento da fuga, testemunhas afirmaram que uma quarta pessoa, que não foi identificada, atirou contra os suspeitos.

De acordo com a delegada Socorro Portela, que pertence à Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) e acompanha o caso, a Polícia fez averiguações pelas redondezas mas não encontrou rastros de sangue na área, o que poderia indicar a possibilidade dos criminosos terem sido baleados.

Uma equipe da DHPP esteve presente no local da ação criminosa, onde colheu informações sobre o crime.

Os dados serão checados durante a investigação. O caso deve ser encaminhado para o 2º Distrito Policial nessa terça-feira.

Fonte: O Povo online

## Fala CNTV:

A Confederação Nacional dos Trabalhadores Vigilantes (CNTV) tem acompanhado de perto casos como o do vigilante Geraldo Luiz Silveira Filho, em que os trabalhadores sofrem violência no local de trabalho.

“Nós estamos muito preocupados com esses assaltos que estão acontecendo. Todas as vezes que recebemos uma notícia como essa, procuramos saber o máximo de informações possíveis, já que muitas vezes as empresas colocam o vigilante em locais isolados e não fornecem as mínimas condições de trabalho para esse indivíduo, o que leva o profissional que trabalha para dar segurança a outras pessoas a ficar totalmente desprotegido”, lamenta o Secretário Geral da CNTV, Cláudio José de Oliveira.

### Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV  
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos  
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz  
Responsável: Marina Maria Silva Santos  
Projeto gráfico e Diagramação: Anibal Bispo



site: [www.cntv.org.br](http://www.cntv.org.br)  
email: [cntv@terra.com.br](mailto:cntv@terra.com.br)  
Fone: (61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11  
CEP: 73300-000 Brasília-DF